

Leônidas rejeita anteprojeto

Brasília — Wilson Pedrosa

BRASÍLIA — "Este anteprojeto de constituição é inaceitável", disse o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, na reunião ministerial convocada pelo presidente José Sarney para discutir o déficit público. Leônidas foi veemente, sustentando que o texto do relator Bernardo Cabral, no que se refere aos militares, reflete o pensamento de "minorias organizadas", conforme relato do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, presente à reunião.

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, e o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, não se pronunciaram, deixando a seu colega do Exército a missão de manifestar a insatisfação dos militares com o artigo da anistia aos que foram afastados dos quartéis após o golpe de 1964 e com o artigo que retira das Forças Armadas o papel de garantia da lei e da ordem.

Segundo o deputado José Lourenço, o ministro do Exército afirmou que "o anteprojeto não corresponde ao acordo feito com as Forças Armadas e os líderes do Congresso e não atende aos interesses da maioria, porque reproduz o anseio de minorias organizadas". A manifestação do general Leônidas, que mereceu quase dois minutos no *Jornal Nacional* da TV Globo, ocorreu no final da reunião, depois que o presidente Sarney pediu que os ministros estudassem o anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização e encaminhassem suas análises aos líderes da Aliança Democrática (PMDB e PFL).

Críticas — "Não há muito tempo", advertiu Sarney, referindo-se ao curto prazo para apresentação de emendas. E citou logo dois artigos que, em sua opinião, devem ser modificados: o que trata da mineração — "tal como está no projeto, a mineração torna-se praticamente impossível" — e o que rateia a receita tributária — "pelo projeto, a União só tem deveres, não tem receita".

O general Leônidas, em seguida, aproveitou o tema do déficit para encaixar sua crítica à Constituinte. Disse que os parlamentares não vêm demonstrando preocupação com a contenção de gastos e apresentou como exemplos de irresponsabilidade a ampliação da anistia e o artigo 32 das disposições transitórias do anteprojeto de Cabral, que prevê melhorias salariais para ex-combatentes.

Pelos cálculos do ministro do Exército, a anistia ampla para ex-militares implicaria acréscimo de Cz\$ 50 bilhões nas despesas das Forças Armadas — Cz\$ 10 bilhões na Marinha, Cz\$ 15 bilhões na Aeronáutica e algo entre Cz\$ 25 bilhões e Cz\$ 30 bilhões no Exército. Informou que o artigo 32 beneficiaria cerca de 20 mil ex-combatentes com elevação de salário de Cz\$ 4 mil para Cz\$ 20 mil.

Cooperação — Dizendo-se apreensivo com os rumos da Constituinte, Leônidas alertou o governo para as dificuldades que enfrentará para impor sua vontade, caso não consiga emendar o anteprojeto da Comissão de Sistematização, antes do envio do texto. Pediu que suas palavras fossem tomadas como expressão de um "pensamento prenhe de cooperação".

O ministro do Exército recebeu apoio do deputado José Lourenço: "Como único líder da Constituinte aqui presente, quero dizer que também fui surpreendido com o anteprojeto nos aspectos gerais, que não refletem as conversas do relator com os líderes na última sexta-feira." O líder do PFL acrescentou: "Quero tranquilizar ao presidente José Sarney e aos ministros, porque através de emendas ou de um substitutivo vamos lutar para fazer a vontade da maioria".

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que colaborou com o deputado Bernardo Cabral na elaboração do anteprojeto, fez menção de responder ao general Leônidas. Foi interrompido pelo presidente Sarney, que declarou encerrada a reunião.

Acordo — Já em seu gabinete na Câmara, o deputado José Lourenço disse que o ministro do Exército estava com a razão. "Acertamos aqui no Congresso eu, dr Ulysses (deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte) e o deputado Pimenta da Veiga (ex-líder do PMDB na Câmara), com a participação do presidente José Sarney, que toda a questão militar (papel das Forças Armadas e anistia a militares cassados) estava encerrada com a emenda constitucional número 26, que convocou a Assembléia Nacional Constituinte". Esse acerto, segundo Lourenço, deveria ter sido mantido.



Leônidas (C) diz que projeto não contempla "a maioria moderada" da Constituinte

Ruptura de acordo causa irritação

Jorge Bastos Moreno

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, jantando na casa do ministro Renato Archer, antontem, comemorou com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o acordo a que ele havia chegado com o relator Bernardo Cabral, a respeito da anistia aos militares e do papel das Forças Armadas na nova Constituição. Numa reunião eminentemente social — Archer oferecia um jantar ao seu amigo embaixador Celso Souza e Silva, condecorado, juntamente com Cabral, na solenidade do Dia do Soldado, no dia anterior —, Leônidas estava aparentemente tranqüilo, embora não deixasse de manifestar preocupação em relação, por exemplo, à forma de governo — ele é presidencialista.

A comemoração durou pouco, pois, nessa mesma hora, o relator quebrava os compromissos com o general para inserir no projeto uma proposição sobre anistia, formulada pelo deputado José Genoíno (PT-SP), durante uma reunião com as facções

de esquerda. "Eu acolho a proposta", afirmou Cabral, apesar das ponderações ao pé-do-ouvido do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que havia participado do acordo com o ministro do Exército, na exclusiva condição de testemunha: "Isso vai dar galho, Cabral", advertiu-lhe o líder.

Fernando Henrique, que participou da reunião com o presidente José Sarney, nas mesmas condições, ainda se lembrou do que tinha ouvido do presidente. "Bom, se vocês fizeram um acordo com o Leônidas, já resolveram a metade das coisas", brincou Sarney, ao ser informado que a questão da anistia estava encerrada.

Reações — Mas nem o general Leônidas nem o deputado Ulysses Guimarães, únicos convidados de Archer ao jantar do embaixador, sabiam que o texto iria ser alterado, até porque o projeto entregue ao presidente da Constituinte foi elaborado antes da reunião de Cabral com as esquerdas. Por isso, as reações de ambos foram de espanto e irritação — só que a de Ulysses mais discreta, manifestada em círculos íntimos, e a do general, no encerramento da reunião ministerial.

A reação do ministro do Exército não era esperada e provocou tensões na Aliança Democrática. A cúpula do PMDB — Ulysses, Archer, Raphael de Almeida Magalhães e o líder Luiz Henrique — registrou, em almoço, a

gravidade da manifestação do ministro do Exército, principalmente por ter ele deixado claro que falava em nome da corporação. "A reunião não foi boa", sintetizou mais tarde o próprio Ulysses a vários interlocutores no Congresso. "Eu sabia que ia dar nisso", lamentava-se Fernando Henrique.

Socorro — O próprio presidente Sarney, ao perceber que Leônidas, depois do desabafo, tentou minimizar sua intervenção, veio em seu socorro: "As Forças Armadas devem ser ouvidas. Vejam o exemplo da questão sobre as polícias militares. Aqui, no Distrito Federal, a segurança da capital ficará exclusivamente a cargo do governo local. O governo federal fica apenas com o Palácio do Planalto".

Leônidas ressaltou que não costuma recorrer a argumentos sobre os gastos decorrentes da anistia, mas alegou que não podia deixar de citar números, até porque se tratava de uma reunião sobre os gastos públicos. Depois de o ministro receber o endosso de Sarney de que as Forças Armadas deveriam ser ouvidas, o líder do PFL, José Lourenço, que já tinha pedido palavra, que lhe foi negada, avançou sobre o microfone para avisar o ministro que a minoria citada por ele, realmente, não espelhava a maioria do povo e também da Constituinte. Sarney, para evitar maiores discussões sobre o assunto, encerrou a reunião.

Marinheiros ficam de fora

Os 1 mil 509 marinheiros expulsos das Forças Armadas em 1964 continuam excluídos da anistia, de acordo com o substitutivo do deputado Bernardo Cabral, que a limitou aos atingidos por atos institucionais e complementares. Os marinheiros foram afastados da Marinha através de atos administrativos.

No cafezinho da Câmara, Avelino Capitani, um dos diretores da Associação dos Marinheiros em 64 e hoje membro da União dos Militares não Anistiados, distribuiu entre os parlamentares um prospecto criticando o substitutivo. "Que dirá a história se a Constituinte homologar esse ato de revanchismo", dizia o panfleto.

Para Capitani, as pressões da Marinha para negar a anistia aos marinheiros acabaram se impondo. "Com isso, ela quer dar um recado aos marujos de hoje: nunca fiquem ao lado de um presidente constitucional, como Jango, contra um golpe militar decidido pelos almirantes", disse. Segundo Capitani, os argumentos levantados pelo Ministério da Marinha contra a anistia são inteiramente improcedentes.

— Eles argumentam que não podem anistiar os punidos por atos administrativos porque isso atingiria também quem foi afastado da Marinha por corrupção ou homossexualismo. Mas, no nosso caso, a motivação política dos atos foi claríssima — explica.

Ele exhibe cópia da íntegra da Exposição de Motivos nº 138, de agosto de 64, assinada pelo ministro da Marinha, Ernesto de Mello Batista, enviada ao então presidente Castello Branco.

O documento afirma que os punidos participaram das "cenas verdadeiramente degradantes" na assembléia realizada no Sindicato dos Metalúrgicos, em 1964, e explica que se não fossem afastados poderiam se converter no "cerne de um novo movimento rebelde e, mesmo no presente, um fator de resistência no restabelecimento do correto estado de espírito no restante dos praças da Marinha, não participantes mas espectadores daquele foco de indisciplina e subversão". O documento fala ainda que a experiência da revolta dos marinheiros em 1910, a Revolta da Chibata, mostrou que era indispensável afastar todos os envolvidos.

"O motivo é político", diz Capitani, que depois de expulso da Marinha, participou da Guerrilha de Caparaó, onde foi preso. Conseguiu fugir três anos depois. Segundo ele, 400 marinheiros, depois de expulsos foram condenados a um total de 13 séculos de prisão e, no processo aberto contra cada um deles, as motivações políticas são evidentes. Capitani revelou que apenas as famílias de 200 marinheiros expulsos, que já possuíam mais de dez anos de serviço, recebem pensões.

Texto se parece com a emenda 26

Os dois artigos das disposições transitórias do substitutivo de Bernardo Cabral sobre a anistia pouco diferem do estabelecido na emenda constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, que convocou a Assembléia Nacional Constituinte. Ambos os textos concedem anistia apenas aos atingidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, excluindo portanto os marinheiros punidos por atos administrativos. E asseguram aos anistiados de modo igual as promoções, na inatividade, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem no serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes.

Um constituinte com excelente trânsito nas Forças Armadas disse que Bernardo Cabral não cumpriu o acordo que havia feito com o ministro Leônidas Pires Gonçalves. Assim se explica, segundo ele, a reação do ministro do Exército à inclusão da anistia no anteprojeto do relator. De acordo com a fonte, ficara acertado entre Cabral e Leônidas — amigos de muitos anos — que o tema anistia não entraria no texto.

O pensamento do ministro do Exército, já explicado em documentos dirigidos ao público interno, é de que a anistia já foi cumprida com base no artigo 4º da emenda nº 26. O *Noticiário do Exército* de 2 de julho diz que a Força providenciou os benefícios previstos em lei, para os seus 515 anistiados. Promovidos, eles estão em folha de pagamento, recebendo os vencimentos mensalmente.